



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE
TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**A POLÍTICA SOCIAL COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO DA
QUESTÃO SOCIAL EM CONTEXTO NEOLIBERAL**

Maria Isabel Lopes Perez¹

1. Introdução

Numa conjuntura brasileira extremamente desfavorável aos interesses dos segmentos histórica e socialmente oprimidos, em que se verifica uma crise política sem precedentes na história do país, favorecendo a emergência de uma solução eleitoral apoiada em pressupostos políticos e econômicos do ultra neoliberalismo, faz-se absolutamente necessário reacender o debate sobre o papel desempenhado pelas políticas sociais.

Para tanto, é necessário apresentar brevemente as três palavras-chave que compõem o problema, quais sejam: política social, questão social e contexto neoliberal, de maneira a verificar qual a interrelação entre as mesmas, se de fato a política social enfrenta o neoliberalismo e, caso positivo, em que medida o faz.

A assim denominada questão social se expressa em suas refrações, como resultante das contradições capital versus trabalho e, enquanto categoria analítica, não pertence ao quadro teórico da tradição marxista, além de não se reduzir à concepção banalizada de exclusão social. (BEHRING & BOSCHETTI, 2009). A questão social, portanto, representa o impasse das sociedades modernas no constante dilema entre os interesses do capital e as necessidades do trabalho, encarnando, de maneira multifacetada, as desigualdades políticas, sociais e econômicas que caracterizam uma sociedade de classes.

Embora alguns autores advoguem a emergência de uma “nova” questão social argumentando o agravamento da condição de ser dos assalariados e o reaparecimento de um segmento de trabalhadores sem trabalho e desprotegidos socialmente, o fato é que

¹ Assistente Social/Professora de Serviço Social, Doutoranda em Educação (UFBA), Mestre em Educação(UFBA). E-mail: belita00@hotmail.com



estão ocorrendo apenas “novas manifestações da velha questão social” (MONTAÑO, 2002), uma vez que as bases de sustentação - produção econômica e reprodução social - das sociedades modernas permanecem as mesmas de antes, embora com características próprias do capitalismo avançado, na maioria das regiões do mundo.

2. Políticas sociais: solução para a desigualdade ou instrumento de cooptação?

Enquanto modalidade de políticas públicas, as políticas sociais são previstas para atender ao bem-estar coletivo naquelas necessidades e urgências que caracterizam a proteção social, como resposta às demandas da questão social e que precisam ser submetidas à apreciação da população. (PEREIRA, 2009).

Segundo Giovanni (2008), o “núcleo duro” das atuais políticas sociais se constitui das políticas de emprego e renda, de educação e de seguridade social, com seu tripé: saúde, previdência e assistência social, podendo ampliar para outras modalidades, a depender do momento histórico.

As políticas sociais, majoritariamente promovidas pelo Estado, envolvem vários segmentos da sociedade civil, inclusive organizações privadas: igrejas, sindicatos, governo, movimentos sociais, partidos políticos, organizações não governamentais, empresas, universidades públicas, entre outros agentes, e confronta-se com a tensão entre a lógica de mercado e a necessidade de atender às demandas sociais por direitos, por assistência, por seguridade social. Genericamente, as políticas sociais podem ser classificadas como emancipatórias, compensatórias, reparatórias, universais, incondicionais, seletivas/focalizadas, condicionais/meritocráticas - dentre outras classificações possíveis - de acordo com seus princípios de justiça, ou com seus objetivos, ou ainda, de acordo com o momento histórico em que foram/são adotadas.

No interior do campo analítico de tradição marxista, a concepção estruturalista entende as políticas sociais como resultante do aparelho ideológico do Estado e, como tal, restritas à dominação e cooptação do proletariado, visando a adesão e o consenso dos movimentos sociais e operários, na tentativa de apaziguar potenciais conflitos de classe. Pelo aspecto econômico, as políticas sociais são vistas como necessárias para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, assim como para manter o nível de consumo necessário ao lucro do capital. (BEHRING & BOSCHETTI, 2009).

Outra visão, que se contrapõe à descrita antes, atribui às políticas sociais o papel de centro de todas as virtudes por entender serem estas unicamente resultantes das pressões dos trabalhadores e da sociedade civil, apresentando-as como solução para as desigualdades sociais. (Idem).



Já Giovanni (2008) aponta que os modernos sistemas institucionalizados que conjugam as políticas sociais se estendem para além dos grupos pauperizados e desempenham um papel econômico bastante significativo, não verificado em décadas anteriores nas sociedades ocidentais. Arrisca dizer que as atividades no entorno das políticas sociais têm o maior potencial gerador de empregos da contemporaneidade. (GIOVANNI, 2008).

3. O Estado e suas distintas faces

Como produto de construção social, o Estado não pode ser visto de forma absoluta, imutável ou neutra. Historicamente definido, seu papel é contraditório e dependente das correlações de força socialmente hegemônicas em cada momento histórico. (PEREIRA, 2009).

Entre finais de séc. XIX até a terceira década do séc. XX houve o predomínio do liberalismo econômico nas áreas geopolíticas ocidentais com o estímulo ao livre mercado, presença dos princípios individualistas e meritocráticos, existência do Estado mínimo e de políticas sociais entendidas como paliativas. O estímulo ao trabalho e ao bem-estar individual eram predominantes (BEHRING & BOSCHETTI, 2009, p. 61-62), podendo este momento ser definido como modelo de bem-estar ocupacional, típico da fase liberal. (PEREIRA, 2009, p. 191).

A partir da II guerra mundial, com suas graves consequências materiais e humanas, o keynesianismo surgiu como modelo de concessões aos trabalhadores, postulando a colaboração entre a burguesia promissora, egressa dos saldos da guerra, e os movimentos trabalhistas conservadores, dando início ao conhecido Estado de Bem-Estar Social. Suas políticas sociais tinham duplo objetivo: evitar a formação de um subproletariado ao tempo em que diminuía a combatividade dos trabalhadores. (ZORZO&PEREIRA, 2010, p. 171-172).

O atual estágio de conformação de classes, demarcado pelo neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a mundialização, indica um novo modelo de Estado correspondente, cuja principal marca, no que tange às políticas sociais, é a contrarreforma, com seus aspectos regressivos, de contenção e até mesmo de eliminação de direitos sociais e políticos, desobrigando-se de compromissos anteriormente assumidos. A desregulamentação das políticas públicas, as liberalizações e isenções fiscais, o incentivo à competitividade e a garantia de atratividade de capitais são algumas características que delineiam a atuação do Estado no ambiente neoliberal. (BEHRING, 2008). Uma das mais severas ameaças se instala atualmente sobre a seguridade social, particularmente nos



países em desenvolvimento, como se pode verificar no Brasil com a proposta de emenda constitucional que pretende modificar a previdência social (também chamada de Nova Previdência), e a exemplo do que ocorreu no Chile, a previdência social tornou-se mercadoria e alvo de fundos de capitalização, na lógica desenfreada dos lucros. (OUTRAS MÍDIAS, 2019).

6. Considerações finais

As políticas sociais fazem parte das conquistas civilizatórias, podem adquirir radicalidade em países como o Brasil, mas não são a solução para a desigualdade estrutural, para a miséria provocada, para a exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING& BOSCHETTI, 2009, p. 46). Importante ter em conta o viés contraditório das políticas sociais por serem capazes de atender ao mesmo tempo as demandas do capital e do trabalho. Vale ressaltar que a atual conjuntura brasileira apresenta-se profundamente hostil aos interesses dos trabalhadores e do subproletariado, em que a correlação de forças apresenta-se altamente desfavorável à disputa por recursos financeiros e na garantia de direitos e legislações protetivas que estão sob grave ameaça, ou já têm sido retirados. Sendo assim, urge buscar formas de resistência e de ampliação do debate.

Referências

- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**. Fundamentos e história. Biblioteca Básica em Serviço Social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GIOVANNI, Geraldo di. Políticas Públicas e Política Social. Disponível em: <http://geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html>. Publicado em 22 ago 2008. Acesso em 02 abr 2019.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- OUTRAS MÍDIAS. **O déficit é uma fraude**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/deficit-da-previdencia-a-grande-fraude/>. Publicado em 20 jan 2019. Atualizado em 15 fev 2019. Acesso em 02 abr 2019.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**. Temas&questões. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ZORZO, Maristela; PEREIRA, Potyara A. P. Idéias de Ernest Mandel sobre neocapitalismo, Estado e Política: um resumo crítico. In: **Marxismo e Política Social**. PEREIRA, Potyara A. P.; PEREIRA, Camila Potyara. (Orgs.). Brasília: Ícone, 2010.